Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata número hum mil novecentos e oitenta e um.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, em sua Sala de Sessões, reuniu-se a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do vereador Manoel Silveira Xavier, secretariada pelo vereador Bento de Farias, presentes os vereadores: Celso Xavier, Pedro F. Bianchini Jr., João Afonso, Cesar Augusto Leoni, Pedro Mendes de Siqueira, Osmar Teider, Daniel Coreluk, Acir Pinto, Lisandro de Andrade, Luiz Eduardo Kuss Marins, Antonio Ruiz Paloma, João Deda e Izolina Beira Floriano.

A hora regimental, havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a sessão extraordinária, convocada que foi pelo Executivo Municipal para apreciação do projeto de Lei nº 009/86, que autoriza assinatura de convênio com o BNH.

De imediato foi dada entrada a Ordem do Dia. Inicialmente foi feita, pelo senhor secretário, a leitura do projeto e os pareceres das comissões.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o vereador Bento de Farias, dizendo que como é do conhecimento dos senhores vereadores, todos os Municípios sentem sempre dificuldades financeiras, devido a falta de mais participação nos recursos distribuidos pelos governos. E, uma luta vem sendo desenvolvida há tempos para ver se estes recursos serão aumentados, como é o caso da Reforma Tributária. As verbas do Municipio nestes últimos tempos, se restringuem quase só para pagamento de pessoal e pouco sobra para aplicação no quadro urbano e interior. Este projeto ora em discussão, virá facilitar e auxiliar o Municipio, pois trata-se de um convênio para empréstimo com o BNH e pagável à longo prazo. Com esses recursos a Prefeitura terá mais verbas para aplicar no atendimento a área urbana , Vê com grande satisfação este projeto, pois virá ele somente beneficiar o Municipio, ajudando em sua expanção econômica. Na justificativa, diz o executivo o que se pretende realizar com este empréstimo que poderá ser de até Cz$ 4.500.000,00, serão construídos dez boeiros, alguns desses que a muito tempo vem sendo reclamado pela população, impossíveis de serem construídos com recursos próprios. Outro projeto a ser empreendido seria o desfavelamento. Pretende a Prefeitura adquirir uma área onde possa instalar essas famílias com todas as condições necessárias. Também pretende-se aplicar parte desses recursos na iluminação pública, muito discutida nesta Casa, tendo sido ele inclusive autor de diversos pedidos. Com a aprovação deste projeto, este problema em parte será resolvido. Outro problema é do esgoto e do calçamento das ruas, ligando as diversas vilas com o centro da cidade. As vilas estão crescendo e há necessidade dessa pevimentação. O projeto é justo e claro e acredita que deve ser aprovado pois virá beneficiar o Município.

Com a palavra, o vereador Cesar Leoni, dizendo inicialmente que entende ser esta convocação, diante da problemática que se reveste esta solicitação, ser uma reunião de afogadilho Diz o senhor Prefeito Municipal, da necessidade de se aprovar o projeto até o dia 28, dando para esta Casa um prazo de quatro dias, um tanto exíguo para que se possa na plenitude desta Câmara Municipal, com mais completa isenção de ânimo aprovar tal projeto. Olhando o aspecto do mérito e da necessidade de dar-se aprovação diante de uma participação um tanto suscinta, onde diz-se muito pouco para uma verba tão alta a ser tomada por empréstimo junto ao Banco Nacional de Habitação. / Provavelmentejá tenha sido firmado o convênio. Tem a dizer que com isto não se está dando nada a Prefeitura, Este dinheiro do BNH, como tantos outros bancos o possuem pode ser repassado aos Municípios mediante empréstimos. No seu ponto de vista, deve considerar que na historia da Lapa, jamais se contraiu um emprestimo de tal natureza para deixar a responsabilidade da liquidação a futuros administradores. Deve dizer que todos os atos aqui decididos e sancionados pelo Executivo, são passíveis de correção por parte da população, através da ação popular. O povo pode cancelar toda e qualquer lei aqui votada que não consulte seus interesses. Entende que este projeto jamais poderá ser aprovado pelos senhores vereadores, isto porque vem totalmente descaracterizado na parte informativa e principalmente naquela que diz respeito aos compromissos com o BNH, que é um banco que capta recursos do FGTS, do PIS, etc.e aplica no plano habitacional e no desenvolvimento urbano. O que faz o BNH com este dinheiro é aplica-lo e entrega-lo mediante a cobrança de juros. Quanto ao aspécto da distribuição para aplicação do dinheiro, deveria vir acompanhando o projeto uma planilha de como e onde vaiser aplicado, quais as obras a serem realizadas com estes recursos que não serão pagos pela atual administração. Deve considerar o que vem sendo pedido pelo Presidente da Republica e seus Ministros, para que se evite o endividamento dos órgão públicos, e para que não ocorra o que aconteceu em Curitiba, com o comprometimento de todos os seus recursos através de empréstimos vultuosos. O convênio ou negocio a ser feito com o BNH, prevê um prazo de carência de três anos para o inicio do pagamento da divida. Este emprestimo não é nenhum beneficio, / pois terá que ser pago com juros a taxas que começam a ser acrescentados à verba a partir da hora da assinatura. Qual dos vereadores poderá informar o montante dos juros a serem pagos, Deve-se levar em consideração também o escandalo do dolar no Estado, que contribui até para a demissão de secretários do Governo. Com estes juros a serem cobrados a prefeitura em um ano poderá aumentar o seu débito em torno de quinhentos e quarenta mil cruzados, e em três anos em torno de um milhão e quinhentos mil cruzados, e nos subsequentes muito mais ainda. Quem poderá dizer o que poderá ocorrer no País nestes próximos anos, e se ocorrer inflação. Não se sabe o que irá representar este empréstimo eo que constituirá para as futuras administrações. Quanto às obras referidas, existem os recursos do Pram que ai estão para serem

usados, ou os recursos próprios do Município, pois tem-se visto pelos balancetes para aqui enviados que existem saldos que podem ser aplicados aos poucos, neste setor. No que tange aos problemas sociais, é valida a justificativa, bem como a ampliação de escolas, até agora custeadas com recursos dos governos estaduais e federais. Fazer-se gentileza com o chapeu alheio é facil e é a coisa mais criticada. Em tempo algum, como já disse, contraiu-se na Lapa, um emprestimo de tal envergadura. Se este emprestimo hoje for aprovado todos os vereadores levarão o estigma de terem sido os responsáveis por uma bola de neve que se formará pelo recebimento de tal verba e com o seu pagamento. O BNH tem sido o grande problema do mutuário brasileiro Todos procuram sair fora. Os municípios, a não ser aqueles com grandes possibilidades financeiras, não procuram estes recursos Entende que em três anos de mandato poderá o executivo, se assim pretende, realizar tais projetos com recursos prórios ou em convênio com órgãos federais e estadiais, e até a fundo perdido, sem necessidade de se onerar as futuras administrações. O seu voto será contrário ao projeto. A responsabilidade desta Casa e deste plenário, não será por um comprometimento agora, por ocasião da votação, mas suas consequencias serão futuras. Deve-se estudar muito bem o assunto. Os vereadores do P.M.D.B. mais ligados a administração municipal devem analizar bem e ver este comprometimento, que trará serias consequências para as administrações futuras, sejam elas de que partido forem. No projeto o BNH pede garantias futuras para o caso do Município de tornar inadimplente. Quais serão estas garantias que não são explicadas, o Fundo de Participação dos Municípios, o ICM, o Fundo Rodoviário, não se sabe. Seria favorável a aprovação deste projeto, se uma emenda substitutiva fosse a ele acrescentado, dizendo que o emprestimo seria pago ainda nesta gestão. Ai sim o Executivo teria seus méritos daquilo que pretende executar. Este dinheiro seria uma antecipação da receita e coberta pelo executivo na atual administração. Devem os senhores vereadores ater para as recomendações à respeito do endividamento publico para as futuras gestões.

Com a palavra, o vereador Antonio Ruiz Paloma, diz que a justificativa ao projeto diz que a verba oriunda do convênio será aplicada na ampliação de escolas. Pedidos estes já feitos por várias vezes nesta Casa, tendo sido ele inclusive autor de vários deles, no que tange a ampliação da Escola do Cohapar e do Grupo Escolar Pedro Passos Leoni. Hoje cobra-se também a ampliação da escola 31 de Março, escola esta que está superlotada e para a criação de um préescolar no bairro, houve necessidade de implanta-lo na Igreja. O problema da Vila Brusca, e outras favelas que estão surgindo, também é um problema grave e que deve ser resolvido. A questão da iluminação publica também é do conhecimento de todos, a falta de estrutura nos loteamentos abertos, antes da Lei de Loteamentos que obriga os proprietários a dar condições estruturais a eles, com água, luz, galerias pluviais. Existem muitos loteamentos sem benefícios e que precisam ser atendidos. Está de acordo com o vereador Cesar, de que este emprestimo deveria ser pago na atual administração, sem compro-

meter as administrações futuras. Quanto a carência de três anos deve dizer que analizando o projeto notou que já existe artigo onde consta empenho da divida a partir de 1987.

O vereador Cesar, solicitando um aparte disse que o que constará no orçamento serão os recursos para pagamento dos juros que correrão à partir de 1987 e vão ser debitados para a Prefeitura.

Fazendo uso da palavra, o vereador Pedro F. Bianchini Jr., disse que o projeto em seu mérito merece apoio pois as necessidades nele apontadas são realmente aquelas às quais os vereadores tanto tem batalhado em diversas ocasiões. Uma delas a necessidade da irradicação de favelas, no caso a Vila Brusca, cuja população precisa ser atendida, com uma modificação social e ambiental, e sua transferência para outro local com melhores condições de vida. A ampliação das escolas é outro assunto que constantemente vem sendo debatido, pois as escolas, principalmente na cidade estão superlotadas. No entanto é seu entender também que todos estes projetos poderiam ser executados sem o comprometimento e endividamento das futuras administrações. Estaria de acordo, desde que, a divida fosse liquidada nestes três anos.

O vereador Bento com a palavra, disse que nesse ponto deve ser analizado o problema. Um pagamento de uma divida destas em 3 anos se tornaria bastante pesado e inviavel. Ao passo que em 15 anos ela se tornaria mais facil, pois as parcelas a serem pagas seriam bem menores.

Esclarecendo, mais uma vez o vereador Bianchini disse que a sua preocupação é justamente esta, a de onerar futuras administrações, como falou o vereador Cesar, pois não se sabe o que poderá ocorrer na economia do País nos proximos anos.

Prosseguindo o vereador Bento, disse que se a divida for para ser saldada no atual mandato será inviável. Este processo adotado é para beneficiar todos os Municípios. A Prefeitura da Lapa, atualmente vem acertando dividas deixadas por outras administrações, como aquelas de desapropriação de terrenos para construção de escolas, abertura de ruas, INPS atrasado. Acredita que as futuras administrações não serão oneradas porque elas irão pagar obras que já encontraram feitas. A cidade terá mais infraestrutura. Além disto deve-se considerar que a Lapa é um dos poucos Municipios do Paraná comtemplados com este projeto.

Novamente com a palavra o vereador Bianchini, disse que as futuras administrações também terão seus problemas e que serão comprometidos no caso de ~~atenderem~~ arcar com esta divida que será feita pela atual administração.

Com a palavra o vereador Osmar Teider, disse que pela bancada do PTB, ao qual hoje pertence, deve dizer que é contra tal projeto porque vai ele onerar as administrações futuras, não se pode permitir o endividamento do Municipio, deixando as dividas para os futuros administradores. Se houve falhas nas administrações anteriores, estas jamais devem ser repetidas. Não se pode fazer aquilo que não de pode cumprir.

Solicitando um aparte, o vereador Luiz Eduardo disse que deve-se levar em consideração que dividas foram feitas por administrações anteriores e que estão ai para pagar. É o caso do terreno da rodoviária, do Polivalente, da escola Abigail Cortes, que ficaram para outras administrações, mas que são obras que ai estão.

Prosseguindo, o vereador Teider, disse que quanto a estes casos, um deles pode ser provado, que a Prefeitura terá que pagar por absoluta falta de interesse do advogado que a defendia, Foi convocado para uma reunião na Prefeitura quando o caso foi levantado. Lá pediu o processo para ler e notou que o advogado da Prefeitura não contestou em tempo a ação. Se ele houvesse contestado, a Prefeitura não estaria hoje, com essa responsábilidade tão grande. O problema agora passa a ser da administração atual.

O vereador Luiz Eduardo com a palavra, disse que até pode concordar com o vereador Teider neste caso. Mas outros existem, como é o caso da estação rodoviária que até hoje não foi acertada. Felizmente ela já foi construída, já imaginaram quanto a Prefeitura teria que pagar para hoje construir a rodoviária. Já existe a rodoviária, deve merecer elogio quem teve a coragem de construila, Mas a divida do terreno ai esta. Feliz será a atual administração se puder contar com este emprestimo, mesmo que seja para as futuras pagarem. Mas estas terão uma vantagem, encontrarão a cidade urbanizada, com Vilas ligadas ao centro por vias pavimentadas, esgotos construídos, galerias pluviais, etc.

Novamente o vereador Teider disse que o que lhe causa admiração é que a bancada majoritária, um dia fala uma coisa e outro dia outra. Quando pergunta a razão de tantos projetos de abertura de creditos suplementares, dizem que é por causa da deflação e que até julho tudo estará resolvido. Por que então, este emprestimo com carência de três anos para iniciar a pagar, e com 15 anos de prazo para pagamento.

O vereador Bento com a palavra, disse ao vereador Teider que existem centenas de outros problemas a serem resolvidos pela administração com recursos proprios. O que se pretende com este emprestimo é uma execução de obras para o futuro, pois a Lapa sem dúvida alguma está se expandindo. Com recursos próprios a Prefeitura no momento não tem condições. Qualquer pessoa que entenda de negocio, verá que a Prefeitura, seja qual for o Prefeito terá condições de pagar tal emprestimo.

Novamente com a palavra, o vereador Teider disse que se existe dinheiro sobrando, como falam os vereadores, por que não custear as obras com estes recursos. O que não pode acontecer é que as coisas sejam jogadas para a Câmara, com o fim de propaganda politica e pessoal, e os vereadores ficarem aqui se degladiando. Falam tanto em Vila Brusca mas acontece que a Vila Brusca está incomodando menos que muita gente da cidade, O certo seria que o emprestimo fosse feito mas não para outro prefeito pagar. Este será um presente de grego que vai ser deixado para o proximo Prefeito.

Com a palavra o vereador Paloma, disse que neste caso o PMDB também assumiu dividas de outras administrações. Neste momento face ao pronunciamento de vereador Teider, se coloca contrário a e-

menda do vereador Cesar, tendo em vista que dividas também foram repassadas por outras administrações que ainda nesta não se tem comdições de salda-las.

Solicitando um aparte, o vereador Teider, disse que se erro houve, é bom não persistir no erro.

O vereador Luiz Eduardo, com a palavra, disse que não é errado construir uma rodoviária, um Colégio Polivalente e deixar a divida para outras administrações pagarem. Louva a atitude deste Prefeito que construiu, porque hoje tais obras existem muito embora dividas tenham permanecido.

O vereador Daniel Coreluk, com a palavra, disse que como sempre tem se manifestado, independente de partido politico, fala de acordo com a sua consciência. Tem observado que existe este receio de se fazer dividas por parte das administrações publicas, e por isto às vezes grandes obras iniciadas por administrações passadas são paralizadas. Um exemplo, no Paraná, foi a construção do Teatro Guaira, iniciado no Governo Bento Munhoz da Rocha e que o governo seguinte não quiz concluir, sendo a obra concluida por um terceiro governo, com enormes gastos que poderiam ter sido evitados. Deve dizer que seu pensamento foi sempre o de que o trabalho dos politicos deve ser a favor do povo. Realizar obras em beneficio do povo. Se um Prefeito as inicia, aquele que o susceder deve dar a elas continuidade. Parece-lhe que se este projeto for aprovado vai sobrar verbas até para Mariental, que há muito está solicitando pavimentação de ruas. Infelizmente o que ocorre é que, quando se suscede na administração outro partido, nem sempre há interesse daquela administração concluir as obras iniciadas ou as dividas contraidas. Geralmente as obras são abandonadas e outras iniciadas. É um tempo perdido, e que não devia ocorrer. Trabalha pelo povo, e acha que suas reivindicações tem de ser atendidas, e se não puderem ser concluidas numa gestão que o sejam em outra. O povo necessita de ruas pavimentadas, boeiros, iluminação, escolas e tantas outras coisas. Esta com isto, não apenas dando apoio para obtenção de um emprestimo, mas sim apoio às reivindicações do povo, e principalmente de seu povo de Mariental.

O vereador Bianchini, com a palavra, disse que no momento esta divida parece pequena, mas para o futuro poderá atrapalhar o atendimento a novas necessidades que surjam. O Prefeito atual com este emprestimo estará prejudicando as futuras administrações que pouco ou nada poderão fazer face à divida que se pretende ora contrair.

Prosseguindo, o vereador Daniel disse que quer que o povo esteja satisfeito, e isto só poderá ocorrer com a realização de obras, que muito bem poderão ser iniciadas por este Prefeito e concluidas por outro. Seu pensamento é este de que cada administração que entre, dê continuidade ao trabalho iniciado pela anterior.

A vereadora Izolina Beira Floriano, fazendo uso da palavra disse que os vereadores Cesar, Teider e Bianchini tem toda razão quando dizem que será uma grande divida. Mas isto já ocorreu em administrações anteriores que deixaram também para a atual, gran-

des dividas a serem saldadas, com o fim de fazer gentilezas com chapeu alheio, arriscando a arrecadação municipal com desapropriações que até hoje mão foram liquidadas, como é o caso do terreno da Escola Abigail Cortes , cujo montante cresce dia a dia.

Novamente com a palavra o vereador Teider, disse que a respeito dessa dívida já se havia manifestado, e que o erro foi do próprio advogado da Prefeitura. Deve dizer também que nesta Casa existem 15 vereadores que representam 18 mil eleitores, e devem votar conscientes, dando uma demonstração que esta Casa é livre e soberana. Como na sessão passada o vereador Bento lembrou Tiradentes, Tancredo Neves, exemplos que devem ser seguidos, também deve-se lembrar que se deve brigar por aquilo que é nosso. Aqui representam o povo a não um partido ou números de empregos ou privilégios que possam obter com um voto dado.

Solicitando um aparte, o vereador Bento de Farias, disse que teve a honra de ser eleito por um partido, o PMDB e continuará sempre a defender a filosofia desse partido.

O vereador Cesar, com referência as palavras do vereador Bento, disse que a filosofia do PMDB é a filosofia de Afonso Camargo, e tantos outros que antes de serem PMDB eram PDS!

Prosseguindo o vereador Teider disse que tem muita gente que aqui vem com o objetivo de defender interesses proprios. A vontade de aprovar as coisas é tão grande que até esquecem o proprio povo. Hoje aqui está sozinho, quem votou nele, votou só nele e não no partido, e a sua conduta deve ser sempre igual. Representa o povo, e é um representante de Mariental, talvez mais autentico que o próprio vereador Daniel. Se o projeto for aprovado serão quinze anos de sacrificios para as novas administrações.

O vereador Lizandro com a palavra, disse que administrar é tocar as obras iniciadas para a frente. É atender aos reclamos do povo. Este povo que confiou nos vereadores e no prefeito dando-lhes o seu voto. Se alguém está interessado em oferecer um empréstimo ao Municipio, é porque confia nas administrações, não só de agora, como futuras. Houve tempo em que os municipios não tinham este crédito. Deve dizer que acompanhou o senhor Prefeito a Curitiba, quando para lá ele foi chamado com vistas a este convênio. Foi no mesmo dia em que lá trataram da Balsa para o Mato Queimado e o empedramento das estradas. A divida vai ser contraida, mas ficarão as obras já concluidas. O seu voto será a favor do projeto.

Fazendo uso da palavra, o vereador Cesar, disse querer deixar bem claro que sempre que se reportarem aos governos passados, deve ficar constados que no governo Sergio Leoni, antes de deixar o cargo foi feito um chamamento a todos os credores da Prefeitura para que viessem receber seus haveres. E assim foi feito. Quanto as desapropriações como é o caso do Polivalente, e outros mais, a Prefeitura tem o poder de desapropriar imoveis, pagando o preço que realmente vale . Ocorre que no caso não houve acordo no preço com os proprietários.

Ai recorreu-se ao poder judiciário que é quem vai dizer o quanto valem estes imoveis. Discute-se o valor e o acordo é feito. Se não exirtir acordo o recurso é o poder judicial. No caso especifico do terreno da Escola Abigail Cortes, houve muito cambalacho, não por parte do Prefeito, mas porque a avaliação foi feita por pessoas de fora da cidade que não conhecem o valor de nossos imóveis. A Prefeitura não tendo contestado o laudo, o preço subiu muito. Foi o que aconteceu com a escola Abigail Cortes, com a Rodoviária e o Colégio Polivalente. Foi para a justiça, no tocante ao terreno da Abigail Cortes houve falha gritante e omissão por parte do advogado da Prefeitura. Da administração passada ficaram dividas do IAPAS e energia eletrica, que naquele tempo não tinha a tal Taxa de Iluminação Publica. Quanto ao projeto em discussão, continua com o seu ponto de vista inicial, pois o que se pretende fazer é uma imoralidade. Quanto a Vila Brusca sempre houve interesse dos moradores em adquirir a área, visto que ela é hoje propriedade da Prefeitura.

Sobre o assunto, o vereador Paloma, disse que recentemente esta Casa aprovou projeto de abertura de credito para pagamento do restante da divida com a Rede Ferroviária Federal. Agora é que saiu a escritura definitiva do terreno, e poucas são as pessoas que adquiriram as terras. E isto ocorreu através da compra da propria rede e pelos confrontantes: não pelos favelados.

O vereador Daniel Coreluk, novamente com a palavra, disse querer contestar as palavras do vereador Teider, quando diz que é o mais autentico representante de Marienta1, isto porque o seu avô, por parte de mãe veio para cá entre os primeiros povoadores do local. Luta por aquele povo e se sente aqui como o seu verdadeiro repre sentante, pois desde que para lá voltou sente-se por eles responsável.

O vereador João Afonso com a palavra, disse que não tem visto obras históricas serem realizadas, como o foi a Rodoviária e tantas outras deixadas por administrações passadas. Serão as obras que se pretende fazer aquelas comuns e não obras que aparecerão, e que podem ser feitas com recursos próprios. Acha que não se deve prejudicar futuras administrações, por isto seu voto será contrário ao projeto.

O vereador Bento com a palavra, disse que a necessidade do povo é antes de mais nada constituida de pequenas obras que lhes dêem melhores condições de vida e não de obras históricas.

Fazendo uso da palavra, o vereador Luiz Eduardo disse que o quanto antes for possivel trazer beneficios para o povo, com pavimentação de ruas, obras sociais, ampliação de escolas, rede de esgotos, melhor será. Um calçamento de ligação para as Vilas Cohapar, São José, Barcelona é tão importante quanto uma rodoviária, que ai está e com dividas a pagar. É certo que outros prefeitos irão pagar a divida. Mas é certo também que as obras ai ficarão e o povo assim ficará mais contente.

Mais nenhum vereador querendo discutir a materia, foi o projeto submetido em votação, sendo aprovado por 8x6. Votaram favoraveis os vereadores Bento de Farias, Izolina B. Floriano, João Deda, Antonio Ruiz Paloma, Luiz Eduardo Kuss Marins, Lisandro de Andrade, Acir Pinto e Daniel Coreluk.

Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 1981 Fl. 09

Foram contrários os vereadores: Celso Xavier, Pedro F. Bianchini Jr., Cesar Leoni, João Afonso, Pedro M. de Siqueira e Osmar Teider.

O vereador Bianchini, fazendo declaração de voto disse ser favorável aos beneficios e contrário ao endividamento do Municipio.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão tendo o senhor presidente agradecido a presença de todos e convocando uma nova sessão extraordinária dia 25, para a 2a. discussão do projeto de Lei nº 09/86.

Para constar, eu Ana B. Gomes Wille, oficial de secretaria, lavrei esta ata que vai pelos presentes assinada depois de lida e aprovada.

Ressalva do vereador Cesar Leoni, na folha dois, onde se lê "Para que não ocorra o que segundo denúncias ocorreu em Curitiba" leu-se " Temos exemplo em Curitiba onde foram captados recursos do BNH para ser aplicado na cidade industrial. Foi visto a campanha que se desenvolveu em Curitiba em cima daqueles recursos que endividaram enormemente aquele Município .

Na folha 04, onde se fala sobre o que constará na orçamento para 1987, para pagamento da dívida, leu-se " O artigo 4º do projeto 9/86 diz que o poder executivo fará incluir na proposta orçamentária de cada exercicio, à partir de 1987, dotações globais correspondente às operações do crédito autorizado e aos programas e projetos. Isto não quer dizer que estará à partir de 1987, o executivo Municipal reservando o dinheiro para pagamento do emprestimo, pelo contrário, irá constar do orçamento como serão aplicadas as verbas. Pela justificativa o emprestimo terá uma carência de três anos e quinze anos para sua liquidação.

Na folha 08, quando se fala nos imóveis desapropriados, o vereador Cesar referindo-se aos terrenos da Escola Abigail Cortes, Polivalente e Rodoviária, disse que deve-se levar em consideração que outras grandes obras foram feitas e os terrenos perfeitamente ajustados, o pagamento de seus valores, como é o caso do 31 de / março, Pedro Passos Leoni, escola do Mato Preto, Faxinal dos Correas e outras tantas. O que aconteceu com o terreno do Polivalente foi que a Prefeitura tinha capacidade de desapropriar. Como é que se faz a desapropriação, Pelo valor venal do imóvel, deposita-se e entra-se em emissão de posse. Chegou-se a este ponto porque não houve acordo no preço justo. Geralmente fazem-se grandes cambalachos nestas compras de imóveis, mas há um poder acima que vai dizer o quanto do valor destes imóveis, que é o poder judiciário. Ai tramita-se o processo, há o perito do juiz, o perito da Prefeitura e o perito da parte contrária. Discute-se o valor. Se ficaram estes acertos, principalmente o da Abigail Cortes, deve dizer pela última vez, foi porque não houve acordo no preço entre a Prefeitura e o proprietário do imóvel. O recurso é justamente o Poder Judiciário. No caso específico do Abigail Cortes, cheira muito a cambalacho, não diz do senhor Prefeito Municipal, em absoluto, mas 7 cheira muito cambalacho naquele processo, isto porque foi a avaliação feita por peritos, designados pelo juiz, de fora de nossa cidade, não conhecedores da realidade do valor dos imoveis de nossa cidade e a Prefeitura na oportunidade não contestou o laudo dos avaliadores de Curitiba.

Obs:- Ressalva feita de acordo com a gravação da sessão, fornecida pelo vereador Cesar.

Ana B. Gomes Wille
Oficial de Secretaria